

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de março de 2022 às 09h47
Seleção de Notícias

Economia & Negócios -Estadão.com | BR

Pirataria

Perdas com mercado ilegal no Brasil sobem 4,4% e chegam a R\$ 300 bi em 2021 3
ECONOMIA E NEGÓCIOS | O ESTADO DE S.PAULO | TALITA NASCIMENTO

Terra - Notícias | BR

Pirataria

TV Box: Receita vai destruir lote de tamanho recorde que vale R\$ 14 milhões 5

Folha.com | BR

15 de março de 2022 | Marco regulatório | INPI

Moraes ameaça Telegram, mas trava julgamento sobre app de mensagens há 21 meses 6
PODER

G1 - Globo | BR

Pirataria

4,8 mil litros de defensivos agrícolas falsificados são apreendidos pela polícia em Rondonópolis (MT) 9
MATO GROSSO

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR

15 de março de 2022 | Propriedade Intelectual

Duas Linhas e Meia (15-03-2022) 10
ANCELMO GOIS

Perdas com mercado ilegal no Brasil sobem 4,4% e chegam a R\$ 300 bi em 2021

ECONOMIA E NEGÓCIOS

A **economia** brasileira perdeu R\$ 300 bilhões em 2021 para o **mercado** ilegal. O valor é a soma das perdas registradas por 15 setores industriais, que chegam a R\$ 205,8 bilhões, e a estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados, de R\$ 94,6 bilhões. Os dados são do levantamento do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), divulgado nesta segunda-feira, 14. Segundo Edson Vismona, presidente da entidade, os números dão apenas uma ideia do tamanho da ilegalidade, enquanto as cifras reais devem ser ainda maiores.

A estimativa de impostos que não foram arrecadados, por exemplo, é calculada com base no percentual tributário de 46%, mas há produtos, como o cigarro, em que o imposto no Brasil pode chegar a 90%. Vismona lembra ainda que há setores que não contribuem com dados para o levantamento e, por isso, não são contabilizados.

O balanço mostra uma alta de 4,4% em relação à 2020, quando as perdas para o mercado ilegal alcançaram R\$ 288 bilhões. O setor de vestuário é o que mais registrou alta de ilegalidade, com perdas de R\$ 60 bilhões, um aumento de 11% em relação a 2020.

"As perdas não são apenas econômicas, são de competitividade da indústria nacional, uma vez que, ao não pagar impostos, o ilegal fica mais barato, provocando uma concorrência desleal e corrosiva que prejudica a geração de empregos formais e renda para o brasileiro," explica Vismona.

Pirataria digital

Num ambiente de pandemia, com o aumento das compras digitais, a entidade destaca a reprodução do padrão ilegal também no e-commerce. "Identificamos muita venda de produto ilegal no comércio eletrônico. Esse segmento deu um grande salto em 2020. A ilegalidade em celulares, por exemplo, foi uma das poucas que cresceu naquele ano, justamente em razão do e-commerce", diz Vismona.

Ele diz, porém, que as empresas que têm shoppings virtuais (marketplaces) ligadas ao Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), aderiram mais rapidamente ao Guia de Boas Práticas proposto pelo **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria. Nesse grupo, a discussão sobre a responsabilidade da empresa de combater lojistas virtuais que vendam produtos falsificados ou não autorizados está mais adiantada. "Não basta agir depois de receber a denúncia, é preciso que haja proatividade. Eles têm tecnologia para isso. A internet não é uma terra sem lei", afirma o presidente do FNCP.

Em plataformas estrangeiras, essa conversa ainda está em fase inicial. Mas Vismona conta que, no último ano, como essas companhias passaram a se interessar mais pelo País e abriram operações brasileiras, houve alguns avanços. No caso de plataformas que vendem produtos de outros países e importam esses itens diretamente ao consumidor final (prática conhecida como cross border), no entanto, ele afirma que ainda é muito comum que as plataformas informem à Receita Federal um valor abaixo do recebido para que não haja recolhimento de impostos.

O levantamento do FNCP é feito desde 2014 e tem co-

Continuação: Perdas com mercado ilegal no Brasil sobem 4,4% e chegam a R\$ 300 bi em 2021

mo base os dados apontados pelos próprios setores produtivos, que têm métricas próprias (pesquisas, avaliação de mercado). Os 15 segmentos contemplados pelo estudo do FNCP são vestuário; óculos; cigarro; TV por assinatura; cosméticos e higiene

pessoal; bebidas alcoólicas; combustíveis; audiovisual; defensivos agrícolas; celulares; perfumes importados; material esportivo; brinquedos; software; e computadores pessoais.

TV Box: Receita vai destruir lote de tamanho recorde que vale R\$ 14 milhões

Parceria entre Receita Federal e associação de TV por assinatura já destruiu 610 mil equipamentos de TV Box apreendidos desde 2016

Os aparelhos conhecidos como **TV Box** são uma das principais formas de **pirataria** de televisão por assinatura e streaming. Um lote de 111 mil produtos desse tipo será destruído na próxima quarta-feira (16) pela **Receita** Federal. No total, os equipamentos têm valor avaliado em R\$ 14 milhões.

Foto: Divulgação/ABTA / Tecnoblog

A Receita Federal apreendeu as mercadorias no Porto Seco de Resende (RJ). O local é uma unidade alfandegária, onde importadores podem armazenar seus produtos com taxas mais baixas. As mercadorias chegaram pelo porto de Itaguaí (RJ).

Os produtos são ilegais. Eles foram enquadrados no artigo 23 do Decreto Lei 1.455/76, por dano ao erário, e também no artigo 184 do Código Penal, por violação de **direito** autoral.

Todos os 111 mil produtos serão destruídos, e o material será destinado para reciclagem. Cada uma das TV Boxes é descaracterizada individualmente e depois triturada em uma prensa hidráulica. O plástico é transformado em matéria-prima. Já os componentes eletrônicos recebem tratamento para que seus metais possam ser reaproveitados.

Este lote é o maior já apreendido pela Receita. O órgão tem desde 2016 um convênio com a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) para destruir equipamentos desse tipo. De lá para cá, 610

mil produtos já foram transformados em material reciclável.

Além dos danos às empresas de streaming e televisão por assinatura, a TV Box pode colocar em risco o próprio usuário. A Anatel e a ABTA encontraram um malware no modelo HTV que conseguia roubar dados pessoais de aparelhos que compartilhavam a mesma rede que o produto.

Em Minas Gerais, TV Box vira PC para escolas

A destruição não é o único fim possível para uma TV Box pirata. Um exemplo disso é o projeto Além do Horizonte, uma parceria entre a Receita Federal de Minas Gerais e universidades e institutos federais do estado.

Juntas, essas entidades transformam TV Boxes apreendidas em minicomputadores. Os aparelhos já contam com componentes como processador, placa de vídeo e memória. Basta trocar o sistema operacional para dar uma nova utilidade a eles. Apesar de serem pouco potentes, eles dão conta de tarefas básicas, como navegar na **internet** e trabalhar com textos.

O Além do Horizonte já transformou 745 TV Boxes em mini-PCs, enviados para escolas com mouses e teclados também apreendidos. A ideia é utilizar equipamentos assim em outros fins, como triagem em unidades do SUS, aulas de robótica nas escolas e plataformas de reabilitação remota, entre outras.

Publicidade

Moraes ameaça Telegram, mas trava julgamento sobre app de mensagens há 21 meses

PODER

Brasília

O ministro Alexandre de Moraes ameaçou tomar uma decisão monocrática para suspender o funcionamento do Telegram, apesar de segurar há 21 meses o julgamento em que o STF (Supremo Tribunal Federal) discute o tema de maneira colegiada.

Em maio de 2020, o magistrado pediu vista (mais tempo para estudar o caso) e interrompeu a análise da ação que debate a legalidade do artigo do Marco Civil da Internet que permite a derrubada de aplicativos de mensagens via decisão judicial.

Embora o regimento do tribunal determine que devoluções de vista devem ocorrer em no máximo 30 dias, Moraes não liberou o caso para retomada de julgamento até hoje.

A discussão do assunto foi iniciada após decisões judiciais de primeira instância que bloquearam o WhatsApp. O processo em curso no STF, porém, discute de maneira mais ampla até onde vai o poder do Judiciário para suspender esses serviços.

Já há dois votos sobre o tema: Rosa Weber se posicionou contra a possibilidade de suspensão de aplicativos desta natureza e Edson Fachin seguiu a mesma linha, mas ressaltou que em um "quadro de violação grave do dever de obediência à legislação" isso poderia ocorrer.

Como não houve mais decisões de primeiro grau para suspender o WhatsApp, a discussão perdeu força e ficou parada na gaveta de Alexandre de Moraes.

Recentemente, no entanto, o assunto voltou à tona após o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) fechar o cerco contra o Telegram, visto como um dos riscos para disseminação de fake news nas eleições deste ano.

As duas ações em tramitação no Supremo foram apresentadas pelo PL e pelo Cidadania. Ambas foram protocoladas em 2016, depois de um juiz de primeira instância determinar o bloqueio do WhatsApp porque a empresa não teria colaborado com as autoridades em uma investigação criminal.

Antes disso, em 2015, um magistrado de São Paulo já havia bloqueado o aplicativo pelo mesmo motivo, em um processo que investigava um homem que já havia sido preso acusado de tráfico de drogas e associação com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital).

Quando começou o julgamento, em maio de 2020, Rosa Weber deu um voto enfático contra a possibilidade de suspensão de aplicativos de mensagens.

"Não há na lei nada que autorize a conclusão de ordens de suspensão do serviço de comunicação oferecidos por provedores de aplicativo em caso de decisão judicial", disse.

A ministra, porém, afirmou que seria possível proferir ordem judicial para ter acesso a conteúdos que envolvam investigações criminais.

FolhaJus+

Receba no seu email as notícias sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos: análise, dicas e eventos; exclusiva para assinantes.

Carregando...

Nesse ponto, Fachin divergiu. O ministro disse que não pode haver acesso excepcional, porque a criptografia faz parte de um mecanismo para segurança dos dados e sua alteração poderia gerar vulnerabilidade no sistema.

Continuação: Moraes ameaça Telegram, mas trava julgamento sobre app de mensagens há 21 meses

"Por entender que o risco causado pelo uso da criptografia ainda não justifica a imposição de soluções que envolvam acesso excepcional ou ainda outras soluções que diminuam a proteção garantida por uma criptografia forte, penso que não há como obrigar que as aplicações de internet que ofereçam criptografia ponta a ponta quebrem o sigilo do conteúdo de comunicações", afirmou.

Agora, Fachin tornou-se presidente do TSE, cargo que ocupará até agosto, e tem o desafio de preparar as eleições de 2022 e evitar que haja a disseminação de notícias falsas como ocorreu no último pleito presidencial. Depois dele, Moraes assumirá a presidência do tribunal.

O bloqueio do Telegram passou a ser cogitado porque o aplicativo é visto como um dos meios mais fáceis para propagação de fake news.

A análise decorre do fato de o aplicativo ter pouca moderação e uma estrutura propícia para viralização de conteúdos.

Além disso, a irritação de ministros com o aplicativo também aumentou devido ao fato de a empresa não responder a notificações e chamados da Justiça.

Como mostrou a **Folha**, enquanto ignora o Judiciário, o Telegram mantém representação no Brasil há sete anos para tratar de assuntos de seu interesse junto a órgãos do governo federal.

Os poderes de representação foram conferidos pelo empresário russo Pavel Durov, um dos fundadores e CEO da empresa, ao escritório Araripe & Associados, com sede no Rio de Janeiro. Entre as articulações, a empresa atuou no processo do registro da marca do aplicativo em tramitação no **INPI** (Ins-

tituto Nacional da Propriedade Industrial).

Enquanto isso, a plataforma tem escapado de ordens e pedidos de autoridades brasileiras, inclusive do TSE e do STF (Supremo Tribunal Federal).

Em 25 de fevereiro, porém, Moraes ameaçou suspender o aplicativo caso os perfis do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos não fossem bloqueados, e pela primeira vez a empresa obedeceu uma ordem judicial brasileira.

"A efetivação da determinação judicial de bloqueio [dos perfis] deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas, sob pena de suspensão dos serviços do Telegram no Brasil, pelo prazo inicial de 48 horas", disse.

FolhaJus Dia

Receba no seu email a seleção diária das principais notícias jurídicas; aberta para não assinantes.

Carregando...

Os movimentos do tribunal eleitoral despertaram reação na militância bolsonarista e do próprio chefe do Executivo. Depois de o tribunal eleitoral fechar o cerco ao aplicativo, o presidente disse que o governo estava tratando do caso.

Em conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada no fim de janeiro, um apoiador o questionou: "E o Telegram?".

Bolsonaro respondeu, sem entrar em detalhes sobre o que seria a covardia e quais seriam os seus autores: "É uma covardia o que estão querendo fazer com o Brasil".

Continuação: Moraes ameaça Telegram, mas trava julgamento sobre app de mensagens há 21 meses

A preocupação do presidente tem um motivo: o canal do chefe do Executivo no aplicativo foi lançado no início de 2021 e já tem mais de 1 milhão de seguidores.

Questionado, o ministro não se manifestou.

4,8 mil litros de defensivos agrícolas falsificados são apreendidos pela polícia em Rondonópolis (MT)

MATO GROSSO

1 de 2Defensivos agrícolas falsificados foram apreendidos pela polícia - Foto: Polícia Civil/Divulgação

Defensivos agrícolas falsificados foram apreendidos pela polícia - Foto: Polícia Civil/Divulgação

Uma carga de 4,8 mil litros de defensivos agrícolas falsificados foi apreendida pela Polícia Civil, em Rondonópolis, a 219 km de Cuiabá. O produto foi comprado por uma empresa agropecuária, segundo a equipe da Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO).

A **falsificação** foi comprovada pelo fabricante que tinha o rótulo no material. O caso aconteceu na semana passada e foi divulgado pela polícia neste domingo (13).

O delegado Gustavo Godoy determinou a apreensão dos defensivos falsificados. Os lotes foram entregues à superintendência do Ministério da Agricultura, em Cuiabá. Cabe ao ministério estabelecer um destino ao produto falsificado.

De acordo com a polícia, a empresa havia registrado um boletim de ocorrência e informou que tinha adquirido um lote de 300 galões de 20 litros de uma marca de defensivos de um fabricante multinacional.

LEIA TAMBÉM

2 de 2Polícia apreende carga com defensivos agrícolas falsificados - Foto: Polícia Civil/Divulgação

Polícia apreende carga com defensivos agrícolas falsificados - Foto: Polícia Civil/Divulgação

O lote do produto entregue tinha vazamentos nas tampas dos galões e, durante a aplicação, o produtor percebeu que o defensivo não tinha eficácia.

A polícia ainda observou que as embalagens apresentavam diferenças com o mesmo produto original, indicando a **falsificação**.

A GCCO procura identificar os responsáveis pela venda e **falsificação** dos materiais.

Duas Linhas e Meia (15-03-2022)

. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou a pré-candidatura do engenheiro Eduardo Serra a governador do Estado do Rio de Janeiro. Serra é doutor pela Coppe/UFRJ, professor da Escola Politécnica, onde atua no curso de Engenharia Naval e Oceânica, no Programa de Engenharia Ambiental e no Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ.

. A superintendente executiva do Ecad, Isabel Amorim, participa, amanhã, do seminário da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual, ao lado da gerente executiva de TI do Ecad, Valéria Pessoa, no painel sobre o modelo brasileiro de gestão de **direitos** autorais da música.

. Amanhã, às 19h, Carolina Caiado, sócia de Direito Público e Assuntos Governamentais CMA, e a advogada Marilda Silveira, advogada, membro do IBRADE, da ABRADep e das Comissões de Direito Administrativo e Eleitoral da OAB/ DF (2015) e coordenadora do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), conversam ao vivo, pelo Instagram da CMA, sobre o impacto das eleições nos contratos e investimentos públicos. Acesse: https://www.instagram.com/cma_law

. A ABI, sob o comando do querido coleguinha Paulo Jerônimo, acaba de receber o Prêmio Colunistas de 2022, como destaque do ano, "por sua resistência, em tempos tão desafiadores, em buscar a verdade e combater as fake news", segundo o representante da As-

sociação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda, Marcio Ehrlich.

. A Escola Americana do Rio de Janeiro completa 85 anos essa semana.

. O projeto ArticulaFito debate, hoje, o clima no planeta e as relações entre mudanças climáticas e desigualdades sociais. O evento contará com a engenheira agrônoma Keylah Borges, gerente do Escritório Regional do Carajás do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (Ideflor-bio), em Marabá (PA), e Dona Cledeuza de Oliveira, integrante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que está na base produtiva da cadeia de valor do óleo extravirgem e da farinha de coco babaçu, mapeada pelo projeto.

. A Padaria Pet, que está presente em diversos estados brasileiros, abriu rodada de captação de recursos via plataforma beegin. Com conceito humanizado, a empresa possui diversos itens para os bichinhos, como bolos, sorvetes, gelatinas e pipocas.

. Ibeu participa do Salão do Estudante, maior feira de estudos no exterior da América Latina, hoje, no Hotel Fairmont, em Copacabana. O curso foi convidado pela EducationUSA, rede global de Centros de Orientação do Departamento de Estado Americano.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 5, 9

Direitos Autorais

5, 10

Marco regulatório | INPI

6

Propriedade Intelectual

10

Entidades

10